

## **Parecer de vistas**

**Nome: Fernando Aurélio D' Aquino Ferreira**

**Construção de habitação/residência multifamiliar**

**PA/Nº 12040000194/12**

Trata-se de processo de compensação por supressão de Mata Atlântica prévia a concessão do DAIA.

A área a ser compensada deriva de requerimento de supressão de 9,35 hectares de Floresta Estacional Decidual (Mata Seca) em estágio médio de regeneração, para construção de residência multifamiliar, no município de Januária.

Inicialmente é fundamental ressaltar que concomitante a esse processo se encontra sob análise dessa câmara outros três processos por supressão do mesmo ecossistema em áreas contíguas à solicitada, para mesma atividade fim, mudando somente o nome dos requerentes. Somadas, a área total a ser suprimida e compensada é de 33,5 ha.

Segundo o parecer técnico do IEF os empreendimentos foram classificados como não passíveis de licenciamento ambiental pela Supram Norte, órgão responsável pela autorização do desmatamento. Conforme informou o corpo técnico e jurídico do órgão ambiental por vídeo conferência durante a reunião da CPB do dia 26.11.2018, seu entendimento é de que se trata de empreendimentos diversos em função da diferença de titularidade das propriedades e datas distintas do pedido de supressão de vegetação nativa.

No entanto, em nosso entendimento, isso facilmente pode significar estratégia de se evitar o licenciamento de um empreendimento de parcelamento de solo urbano.

Nos causa estranheza que seja necessário o requerimento de quase 35 hectares de Mata Seca para construção de quatro residências multifamiliares.

Nesse caso, inclusive, há de ressaltar que segundo informado pelo técnico do IEF durante a reunião da CPB os requerentes são irmãos.

De acordo com a classificação da DN 217/2017, empreendimentos de parcelamento de solo urbano com tamanho superior a 25 hectares devem ser licenciados.

Na Listagem E da norma supracitada, o porte desse tipo de empreendimento é P e, conjugado com potencial poluidor/degradador geral da atividade que é M, caso as supressões em questão fossem entendidas como parcelamento de solo urbano, o mesmo se enquadraria na classe 2.

Considerando ainda que haverá supressão de vegetação em área de importância extrema para conservação, o licenciamento aplicável, conforme prevê a norma, seria o LAC 1.

Cabe destacar que o ecossistema objeto de supressão de vegetação, é endêmico e está altamente ameaçado de extinção.

No entanto, não foi solicitada a apresentação de qualquer estudo de fauna e flora na área objeto da supressão. Não há como saber, por exemplo, se ali existe espécies ameaçadas de extinção que se enquadram no art. 11 da Lei da Mata Atlântica. Não foi realizado sequer inventário florestal da área.

Inclusive, para fins de estabelecer a compensação ambiental prevista na Lei da Mata Atlântica, estudos são indispensáveis e obrigatórios, afinal como medir equivalência ecológica da área oferecida em forma de compensação, se há total ausência de dados científicos da área a ser suprimida?

Assim o é, que a IS Sisema nº 02/2017, diz em seu texto que:

*“Para a verificação das mesmas características ecológicas entre a área intervinda e a área proposta para compensação, **devem ser observadas a fitofisionomia, as características de riqueza, endemismo e composição dos sistemas em termos de espécies da flora, e, sempre que possível, as características do meio físico, como relevo, hidrografia e solo**; tendo como balizador da decisão o “ganho ambiental” obtido com a proposta.”*(grifo nosso).

Por fim, cabe lembrar que a fragmentação dos processos de licenciamento acarretam na desconsideração dos impactos cumulativos e sinérgicos de empreendimentos.

Mesmo que não seja pretendida pelos proprietários a implantação de parcelamento de solo urbano, considerando que a supressão de vegetação totalizará extensão com impacto significativo, o órgão ambiental licenciador tem o dever de analisar o impacto cumulativo dessas supressões e para isso é essencial a apresentação de estudos ambientais.

Diante do exposto, conclui-se pela necessidade de regularização ambiental dos empreendimentos citados em conformidade com a legislação ambiental e apresentação dos devidos estudos necessários, inclusive, que possam subsidiar a análise da compensação de que trata o art. 17 da Lei Federal 11.428/2016.

Dessa forma, conclui-se pela necessidade da baixa em diligência dos processos para que possam retornar devidamente instruídos para apreciação da CPB.

É o parecer.

Lígia Vial Vasconcelos  
Angá